

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 1º/02/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |

política

PROCURADOS



NETO



JOSEVAL



PASTOR JÁDRIEL

RECOMPENSA: ATÉ R\$ 2 mil

GARANTIA DE ANONIMATO

 DISQUE DENÚNCIA
EXCLUIVA
 3421 9595

 DISQUE DENÚNCIA
EXCLUIVA
 3719 4545

www.disquedenunciapc.com.br

Divulgação

APELO O cartaz do Disque-Denúncia: bandagem na política

Xadrez policial de Caruaru em cartaz

PONTO FINAL 2 Disque-Denúncia oferece recompensa a quem tiver informações dos vereadores “foragidos”

Pedro Romero
promero@jc.com.br

O Disque-Denúncia Pernambuco está oferecendo desde ontem

iniciativa surgiu de um pedido da Polícia Civil, acatado pelo juiz da 4ª Vara da Fazenda de Caruaru, Pierre Souto Maior, que expediu os mandados de prisão contra os acusados.

uma recompensa de até R\$ 2 mil para quem fornecer informações que levem à localização dos vereadores Neto (PMN), Joseval, o Val de Cachoeira Seca (DEM), e Jadiel Nascimento, Pastor Jadiel (PROS), de Caruaru, Agreste do Estado. Eles tiveram mandado de prisão preventiva expedido na última quarta-feira (29), quando foi desencadeada a Operação Ponto Final 2, e estão sendo procurados pela Polícia. Outros dois acusados – Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PMN) – foram presos no mesmo dia e estão na penitenciária Juiz Plácido de Souza, no município.

Quem souber de alguma informação que auxilie a Polícia a localizar os vereadores pode telefonar para os fones (81) 3421-9595, na Região Metropolitana do Recife (RMR) e Zona da Mata Norte, ou (81) 3719-4545, no interior. O anonimato será mantido.

Os parlamentares estão sendo acusados de oferecer e re-

ceber dinheiro para assinar um requerimento pedindo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Municipal, para investigar denúncias da Controladoria-Geral da União (CGU) contra a gestão do prefeito José Queiroz (PDT). De acordo a Polícia Civil, o objetivo era criar a CPI e depois barganhar com a prefeitura para que as investigações não dessem em nada.

Segundo o coordenador do Disque-Denúncia no Agreste, Alexandre César, o objetivo é ajudar a Justiça a cumprir os mandados de prisão que estão em aberto. Ele explicou que a

“Ele (o juiz) também deu permissão para o uso de imagens dos vereadores em cartazes e vídeos. Os cartazes já estão prontos e serão distribuídos em lugares de grande movimentação. Se for necessário, vamos produzir também vídeos para serem exibidos na TV”, acrescentou Alexandre César.

De acordo com a Polícia, os vereadores Neto (PMN), Val (DEM) e Evandro Silva (PMDB) deram dinheiro para que Val das Rendeiras (PROS) e Pastor Jadiel (PROS) assinassem o requerimento para a instalação da CPI. Pastor Jadiel teria recebido R\$ 30 mil, sendo que R\$ 15 mil foram pagos por Val de Cachoeira Seca (DEM) e R\$ 15 mil por Neto.

Os acusados de oferecer dinheiro vão responder por corrupção ativa e por integrar organização criminosa. Quem recebeu está sendo acusado de corrupção passiva e também por integrar organização criminosa.

Com a assinatura de mais três vereadores, o requerimento solicitando a abertura de uma CPI foi aprovado, depois de uma ação na Justiça, mas até agora não resultou em nada. O presidente da comissão é o vereador Marcelo Gomes (PSB), filho do vice-prefeito Jorge Gomes (PSB).

O relatório da CGU aponta superfaturamento na compra de itens da merenda escolar, desvio de finalidade no empenho de verbas públicas e licitação dirigida na Prefeitura de Caruaru. O relatório foi tema de uma série de reportagens publicada em agosto de 2013 pelo **JC**.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Auxílio-livro e moradia para magistrados | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 1º/02/2014 |
| Editoria: OPINIÃO JC | Seção: |

opinião JC

Blog do Nêgo Véio

Juracy Andrade

ju.andrade2010@ig.com.br

Gente, vocês têm visto certas notícias que nos deixam pasmos e duvidando da sanidade da nossa sociedade? Aqueles vereadores de Caruaru que, comprovadamente, exigiam propina para aprovar projetos, ganharam habeas corpus no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Enquanto isso, esse mesmo tribunal pretende dar a seus desembargadores e aos juizes auxílio-livro e auxílio-moradia. Seus vencimentos, tão acima da média brasileira, não dariam para alugar casa e comprar livros? Outras: O Brasil está importando álcool. De onde? Dos Estados Unidos.

Os corredores exclusivos para ônibus não têm fiscalização e, como naquele já bem antigo da Caxangá, carros privados deitam, rolam e bagunçam o trânsito. Em Olinda, obras na orla se eternizam. Mal feitas, logo degeneram e precisam ser refeitas, para alegria das empreiteiras. E o prefeito Renildo Calheiros, dizem, dá expediente na Padaria Globo.

Além destas observações iniciais, comunico a minhas caras leitoras e pacientes leitores que, neste mês de fevereiro de um ano febril de Copa do Mundo e vitais eleições, estou lançando meu blog, que se chamará Blog de Nêgo Véio e pode ser acessado chamando blogdenegoveio.blogspot.com.br. Graças à NSA, até

Obama vai ler. Há muitos anos, o senhor João Carlos e Ivanildo Sampaio acolhem aqui estas minhas observações, apesar de nem sempre concordarem com elas. Mas sinto a necessidade de um espaço mais amplo e mais meu, onde possa juntar àquilo que eu penso e gosto de compartilhar com os leitores, como jornalista que sou há mais de 50 anos, um histórico de minha já longa existência e uma coletânea de tanta coisa que tenho escrito, sobretudo neste Jornal do Commercio. Da ressurreição deste jornal tive o prazer de participar a convite de Ivanildo, que conheci na Manchete, no Rio, em priscas eras.

As histórias de minha vida não serão exatamente uma "autobiografia precoce", como a do poeta russo Yevtushenko. Vivi muito e tenho coisas a contar que podem interessar a um bando de gente ("Andei longes terras / lidei cruas guerras", como diria Gonçalves Dias). Espero que continuem me dando a atenção e o feedback que sempre me deram. Quanto ao "nêgo véio", confesso que sou branco, mas ganhei este apelido porque, para disfarçar a difi-

culdade de gravar nomes (fisionomias também), comecei a chamar todo mundo de nego veio, tirante as meninas porque aí eu gravo logo o nome. O colega e amigo Antônio Portela me advertiu que o "politicamente correto" seria chamar de "afrodescendente idoso".

☎ **Juracy Andrade** é jornalista

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Posse tripla | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 02/02/2014 |
| Editoria: PROGRAMA | Seção: PERSONA |

2 QUINTA-FEIRA 8 Recife, 10 de Junho de 2013

PERSONA



Roberta
Jungmann
Colaboradora de
RICHARD KAZAL

POSSE TRIPLA

Antes de deixar o cargo, Jovaldo Nunes dá posse aos desembargadores Odilon de Oliveira Neto, Itamar Pereira e Rafael Machado, às 17h de terça-feira, na Sala de Sessões Des. Antonio de Brito Alves. Os cumprimentos e o coquetel acontecem nos salões Nobre e dos Passos Perdidos, respectivamente.

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: A vez de Frederico | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 02/02/2014 |
| Editoria: PROGRAMA | Seção: PERSONA |



A VEZ DE FREDERICO

O desembargador Frederico Neves toma posse, quinta, como presidente do TJPE para o biênio 2014/2016, em sessão solene, às 17h, no Palácio da Justiça, comandada por Jovaldo Nunes, que deixa o cargo sob muitos elogios. Leopoldo Raposo assume o cargo de 1º vice-presidente, Fernando Ferreira como 2º vice e Eduardo Paurá, corregedor-Geral. Mais cedo, às 10h, haverá Missa em Ação de Graças na Igreja da Ordem 3ª de São Francisco.

| | |
|-------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Especulações | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 02/02/2014 |
| Editoria: PROGRAMA | Seção: PERSONA |



ESPECULAÇÕES

Dayse Andrade Costa, que figurou na última lista tríplice do Tribunal de Justiça de Pernambuco, tem tudo para ser a nova desembargadora do TJPE, com a aposentadoria de Alderita Ramos, em março. O fato do tribunal ficar sem representante do sexo feminino, com a saída de Alderita, pesa muito. Dayse é o nome mais forte. A conferir.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Notas frias – Deputado Silvio Costa será julgado hoje pela Corte do TJPE | |
| Veículo: Folha de Pernambuco | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |

Política

▶ NOTAS FRIAS

Deputado será julgado hoje pela Corte do TJPE

MIRELLA ARAÚJO

O deputado Silvio Costa Filho (PTB) será julgado hoje, a partir das 14h, pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Ele é acusado de, durante seu mandato de vereador do Recife entre 2006 e 2007, ter feito uso de documentos falsificados no intuito de simular despesas para utilizar a verba de gabinete em benefício próprio, segundo a Procuradoria de Justiça.

Na época 28 vereadores, entre eles os hoje deputados estaduais Daniel Coelho (PSDB), Gustavo Negromonte (PMDB), Francismar Pontes (PSB) e Eriberto Medeiros, foram acusados pelo Ministério Público que moveu ação penal contra a utilização da

SILVIO COSTA Filho só vai se pronunciar após resultado do processo

verba para uso pessoal, o que ficou conhecido como o “escândalo das notas frias”.

Após o escândalo vir à tona, Silvinho devolveu cerca de R\$ 35 mil aos cofres públicos sob alegação de que houve um erro na prestação de contas feita ao Tribunal de Contas no Estado (TCE). Procurado pela reportagem, o deputado não quis comentar o caso e disse que só irá se pronunciar após o resultado do julgamento. Se for condenado, o petebista poderá cumprir

uma pena que varia de dois até 12 anos de prisão, além de pagar multa.

Em 2012 o escândalo das notas frias ressurgiu no momento em que o candidato a prefeito do Recife, Daniel Coelho, começava a despontar nas pesquisas e na época o fato foi vinculado à motivação política. Hoje, o assunto volta à tona envolvendo um dos principais entusiastas da candidatura do senador Armando Monteiro Neto (PTB). Um dos envolvidos declarou, em reserva, que isso não tem ligação política já que outros vereadores, inclusive governistas, também estão sendo processados. “Não tem ingerência política nessa questão, todos os 28 vereadores foram englobados sem distinção”, afirmou.

| | |
|--|-------------------------|
| Assunto: Notas frias – Deputado Silvio Costa Corte vai a julgamento | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: CAPA DOIS | Seção: |

capa dois

Sílvio Filho vai a julgamento

Gabriela López
glopez@jc.com.br

Seis anos depois de vir à tona o escândalo de uso de notas frias para justificar gastos de gabinete na Câmara do Recife, o deputado estadual e ex-vereador Sílvio Costa Filho (PTB) será julgado, hoje, pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O relator do ca-

so é o desembargador Alexandre Assunção.

A denúncia, apresentada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), foi recebida pela Corte em novembro de 2011. De acordo com levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) na época, o deputado teria lesado o erário em R\$ 51,4 mil – entre 2006 e 2007 –, valor já restituído aos cofres públicos.

Além do petebista, outros 25 vereadores e ex-vereadores foram citados no escândalo. Ao total, os recursos públicos gastos irregularmente, segundo o TCE, chegariam a R\$ 1 milhão.

Sílvio Costa Filho responderá por falsificação de documentos e peculato. Caso seja condenado, pode pegar de dois a seis anos de reclusão pelo primeiro crime e de 2 a 12 pelo segundo,

além de pagamento de multa.

Desde outubro do ano passado, o deputado integra o campo de oposição na Assembleia Legislativa (Alepe) e é um dos articuladores da campanha a governador do senador Armando Monteiro Neto (PTB). Procurado pela reportagem, o parlamentar preferiu não se manifestar sobre o assunto.

| | |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Assunto: Posse no TJPE | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | Data: 02/02/2014 |
| Editoria: VIVER | Seção: João Alberto |

joãoalberto

Posse no TJPE

Quinta-feira teremos a sessão solene de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça de Pernambuco: Frederico Neves (presidente), Leopoldo Raposo e Fernando Eduardo Ferreira (vice-presidentes) e Eduardo Paurá (corregedor-geral)

| | |
|---|----------------------------|
| Assunto: Desembargador Frederico Neves | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: VIVER | Seção: João Alberto |

joãoalberto

MANDO CHIAPETTM/D9/DA PRESS



O desembargador Frederico Neves, que assume quinta-feira a presidência do TJPE, com sua Márcia, em recente evento social

| | |
|--------------------------------------|-------------------------------|
| Assunto: Complicado | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | Data: 01/02/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: diário político |



Complicando

As declarações do presidente municipal do PT no Recife, Oscar Barreto, ao **Diário**, sobre a permanência dele no governo Eduardo, irritaram o comando nacional da sigla. Além disso, o dirigente petista responde a processos na Executiva do PT e na Justiça Comum, e nesta semana, o juiz Ruy Trezena Patu Júnior acatou a ação do senador Humberto Costa contra Oscar por calúnia e difamação. Oscar, que acusou Humberto de manter cargos no governo do estado, vai ter que se explicar judicialmente.

| | |
|---|-------------------------|
| Assunto: Corrêa deverá ter trabalho autorizado | |
| Veículo: Diário de Pernambuco | Data: 01/02/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |

política



Pedro Corrêa foi condenado no escândalo do mensalão

Corrêa deverá ter trabalho autorizado

Seres confirma que presídio recebeu decisão de juíza, apesar de o TJPE dizer que ela não existe

JÚLIA SCHIAFFARINO
Juliaschiaffarino.pg@dabr.com.br

A diretoria do presídio de Canhotinho deverá conceder no início da próxima semana autorização para que o ex-deputado federal preso por envolvimento no esquema do Mensalão, Pedro Corrêa, saia da instituição para trabalhar em uma clínica médica no município de Garanhuns. A informação foi repassada pela Secretaria Executiva de Ressocialização do governo do estado, na tarde de ontem. A decisão vem como resposta a um documento com decisão remetida pela juíza da 3ª Vara de Execuções Penais em Caruaru, Orleide Rosélia, esta semana, reconhecendo o direito do detento e delegando ao presídio poder de avaliar o pedido da defesa.

Também de acordo com a Seres, a decisão será contrária a Corrêa, apenas, se nesse meio-tempo o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, no Recife, Luiz da Rocha, ou o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), envie algum documento com objeções ao texto repassado por Orleide Rosélia. Apesar do documento em poder da Seres, ontem, o TJPE emitiu nota negando que a juíza tivesse proferido qualquer decisão ou autorização para o ex-deputado trabalhar em uma clínica, conforme havia sido noticiado pelo Diário na edição de ontem.

Procurado pela reportagem, o promotor ligado à 3ª Vara, Ronaldo Roberto Lira e Silva, confirmou ter apresentado um parecer em resposta a uma provocação feita pela juíza Orleide na semana passada. No texto, a orientação do MPPE foi indagar o Supremo Tribunal Federal sobre a possibilidade de trabalho externo e, em caso de resposta positiva, fazer as diligências necessárias no local e cuidar para que o motinotamento do preso fosse mantido, de maneira a ele cumprir o expediente na clínica como determina a lei.

A juíza da 3ª Vara iniciou o trabalho de análise ao pedido da defesa de Pedro Corrêa com base em fotocópias do processo, entregues pelos advogados. O processo original ainda está na 1ª Vara porque o juiz Luiz da Rocha ainda não transferiu a competência do caso para Caruaru. Ele aguarda o aval do Supremo para que isso seja feito. Corrêa foi condenado a 7 anos e dois meses de prisão.

| | |
|---------------------------------------|-------------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: Jornal do Commercio | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: POLÍTICA | Seção: |

política

Caruaru: vereadores tentam voltar

Jumariana Oliveira
joliveira@jc.com.br

A pesar de já terem obtido uma liminar na Justiça determinando o retorno das atividades, os vereadores envolvidos na Operação Ponto Final, em Caruaru, vão tentar mais uma vez derrubar o afastamento de 180 dias determinado pela Vara da Fazenda Pública do município. Um dos advogados do grupo, Marcelo Cumaru, contou que vai protocolar no Fórum da cidade um pedido de apelação para que a medida seja revisada.

Os advogados já obtiveram na Justiça o deferimento de

um pedido de liminar referente à medida cautelar da 4ª Vara Criminal de Caruaru, que determinou o afastamento imediato dos vereadores logo após o caso vir à tona, em 18 de dezembro. Em seguida, a Vara da Fazenda pediu o afastamento de 180 dias. Os advogados dos vereadores recorreram das duas decisões, que estavam sendo analisadas por desembargadores diferentes do Tribunal de Justiça.

Um mês após a prisão do grupo, o desembargador Fausto Campos, responsável por analisar o pedido de afastamento temporário determinou o retorno dos vereadores à Câmara Municipal. No en-

tanto, o juiz da Vara da Fazenda Pública, José Fernando Santos Souza, informou que sua decisão sobre o afastamento de 180 dias estava mantida. Por conta disso, o retorno dos parlamentares ainda não foi possível.

“Vamos entrar com a apelação na Vara da Fazenda para que eles retornem às atividades. Os envolvidos no caso do mensalão foram afastados agora, depois de oito anos, depois que foram julgados na última instância. Esse afastamento é uma desnecessidade”, afirmou Marcelo Cumaru. O advogado também questionou o pedido de prisão decretado, na última quinta-feira, contra

cinco, dos dez vereadores acusados.

Na semana passada, a Polícia Civil prendeu dois – Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PMN) –, dos cinco vereadores. Até o início da noite de ontem, os outros três – Neto (PMN), Val (DEM) e Pastor Jádriel (PROS) – ainda estavam foragidos, segundo informou o delegado responsável pela operação, Erick Lessa. O Disque Denúncia está oferecendo uma recompensa de R\$ 2 mil para quem tiver informações dos vereadores. A defesa já entrou com pedido habeas corpus e espera que a solicitação seja analisada hoje ou amanhã.

Assunto: Polícia oferece R\$ 2 mil de recompensa por vereador

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 01/02/2014

Editoria: POLÍTICA

Seção:

Política

Três acusados de corrupção continuam foragidos em Caruaru

Fotos: Divulgação/Câmara de Caruaru



VAL do DEM tem prisão preventiva decretada desde quarta-feira, assim como os vereadores Neto e Jadriel do Nascimento. Os três ainda não se apresentaram à Justiça

Polícia oferece R\$ 2 mil de recompensa por vereador

■ QUEM TIVER informações sobre o paradeiro deles pode repassar pelo Disque-Denúncia. O sigilo está garantido

Folha resume

Três dos cinco vereadores que deveriam estar presos, desde a última quarta-feira, continuam foragidos e agora a polícia busca ajuda da população de Caruaru e até de outros municípios para obter informações. O contato pode ser feito via telefone ou site, e cada informação verdadeira será recompensada com R\$ 2 mil.

LÍVIA MOTA

CARUARU - Desde a última quarta-feira, três vereadores caruaruenses que tiveram prisões preventivas decretadas continuam foragidos e a saída que a Polícia Civil encontrou para capturá-los foi oferecer uma recompensa de R\$ 2 mil a quem tiver informações

sobre o paradeiro deles. Basta ligar para o Disque-Denúncia que foi criado. Neto (PMN), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Pastor Jadriel do Nascimento (PRTB) são procurados após a deflagração da Operação Ponto Final 2 que in-

vestiga a compra e venda de assinaturas para a instalação da CPI do CGU, realizada em setembro do ano passado.

De acordo com o inquérito policial, os envolvidos buscavam assinaturas para iniciar investigações sobre ações e

projetos da prefeitura, objetivando, em seguida, barganhar valores para arquivar o procedimento. Os vereadores Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PROS) já estão no presídio. Evandro, inclusive, é considerado o chefe do esquema de corrupção.

Segundo o coordenador do Disque-Denúncia Agreste, Alexandre César, o pagamento pelas informações é uma forma de mobilizar a população a ajudar na prisão dos foragidos. "O oferecimento de recompensa objetiva ajudar a polícia a cumprir os mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário. É um estímulo a mais para o repasse de informações que indiquem

o paradeiro dos vereadores. Procuramos auxiliar os poderes constituídos do Estado através da mobilização da sociedade", explicou.

O uso da imagem dos vereadores para auxiliar as buscas com a distribuição de cartazes ou por qualquer outro meio de comunicação foi autorizada pelo juiz Pierre Souto Maior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru. Quem tiver informações sobre o caso pode telefonar para 3421-9595, na Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata Norte, ou (81) 3719-4545, no interior do Estado. Também é possível acessar o site da central www.disquedenuncia.pe.com.br, que permite o

Saiba mais

GRAVAÇÕES

Anteontem, a polícia divulgou gravações, nas quais os vereadores investigados conversam sobre como cobrar propina à Prefeitura de Caruaru e admitem recebimento de dinheiro para votar em projetos e até numa CPI.

envio de fotos e vídeos. O serviço funciona durante 24 horas, todos os dias da semana. O anonimato é garantido.

Assunto: Espólio Lundgren – 2ª Vara Cível

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 02/02/2014

Editoria: ECONOMIA

Seção:

economia

Espólio Lundgren: novo capítulo

POLÊMICA Depois do STJ, TJPE impõe nova derrota a Anita Louise Regina Harley, controladora das Casas Pernambucanas

Um inventário que se arrasta há 12 anos, enfim, caminha para seu fim. Os quatro herdeiros de Anna Helena Christina Harley Lundgren esperam por todo esse tempo para receber suas heranças, avaliada, no total, em aproximadamente R\$ 50 milhões. Nomeada inventariante em 2001, pessoa responsável pela administração do espólio, a empresária e irmã de Anna Helena, Anita Louise Regina Harley não havia dado verdadeiro prosseguimento ao processo de avaliação do patrimônio e recolhimento de tributos até agora. Decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) neste mês de janeiro asseverou a destituição da condição de inventariante, assumida pelo filho de Anna Helena, Robert Vivasvan Shyinann Harley Lundgren Souza Leão. Ainda cabe recurso, mas a advogada que passou a representar os herdeiros no ano passado, Gisele Martorelli, acredita na falta de argumentação jurídica suficiente para reverter a decisão.

O processo de inventário (nº 3019-63.2001.8.17.1090) corria por todos esses anos na 2ª Vara Cível de Paulista. Em julho de 2013, após uma mudança na representação legal dos herdeiros, a juíza



ARGUMENTO Gisele Martorelli não acredita que decisão será revista em outra instância

substituta Regina Célia de Albuquerque Maranhão, diante da inércia que acometia o processo, determinou a destituição de Anita Harley da condição de inventariante.

A empresária, principal executiva das Casas Pernambucanas e residente em São Paulo, recorreu. E conseguiu uma decisão favorável do desembargador Itabira de Bri-

to Filho, voltando assim à condição de inventariante. A novela judicial ganhava mais um capítulo.

O desfecho veio neste mês de janeiro, quando, por meio de uma decisão colegiada dos desembargadores Eduardo Sertório e Cátia Laranjeira (substituta de Bartolomeu Bueno) a retirada de Anita Harley foi sacramentada.

Quatro herdeiros esperam para receber a parte que lhes cabe

Helio Scheepel/AC Imagem

"Era estranho. Não havia litígio entre os quatro irmãos, o que poderia explicar tamanha demora. Durante os 12 anos, o espólio nunca foi finalizado e, conseqüentemente, nenhum dos quatro filhos recebeu sua parte", comenta Gisele.

Outro fator que reforça os argumentos é que o processo integrava a chamada Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que, em outras palavras, previa maior agilidade na sua conclusão.

Dos quatro filhos de Anna Helena, dois residem no Recife e outros dois em São Paulo. Nesses 12 anos, algumas transações foram feitas com o patrimônio, com a venda de uma residência na Rua Padre Roma que se tornou edifícios.

Como pagamento, foram entregues 20 apartamentos aos filhos, mas apenas dois se tornaram, de fato, ocupados pelos herdeiros. A partilha da herança milionária ainda não foi iniciada. Além das propriedades há participação em empresas.

Procurada pela reportagem através da assessoria de imprensa das Casas Pernambucanas, a empresária Anita Harley optou por não se pronunciar sobre o caso. Não informou se irá recor-

rer da decisão.

A decisão desfavorável a Anita é a segunda que a empresária amarga nos últimos meses. Em dezembro passado, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que 12,5% das ações das Casas Pernambucanas deverão passar para cinco de seus sobrinhos.

Em testamento, escrito em 1985, a matriarca da família, Erenita Helena Groschke Cavalcanti Lundgren, determinou que houvesse a distribuição de 50% de suas ações com os três filhos: Anita teria 25%, Robert 12,5% e Anna Helena Christina outros 2,5%. No entanto, a administração do grupo ao longo de 20 anos deveria ficar com Anita - entre 1990 e 2010.

A ação que resultou na partilha foi movida pelos sobrinhos filhos de Robert. A alegação é de que a tia teria descumprido o testamento. Não promoveu a prestação de contas semestral da administração dos bens e nem efetuou o pagamento dos dividendos e outros rendimentos das ações e quotas. Em sua defesa, Anita Harley assevera que tudo o que fez foi para blindar o patrimônio da família. O departamento jurídico da empresa ainda analisa formas de recorrer.

| | |
|---------------------------------|------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: G1 PE Caruaru e Região | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO
CARUARU E REGIÃO



Três vereadores de Caruaru continuam foragidos, diz polícia

Neto, Jadiel Nascimento e Val de Cachoeira Seca estão sendo procurados. Segundo advogado de defesa, parlamentares aguardam decisão do TJPE.



O vereador Neto (PMN) é um dos foragidos da Justiça (Foto: Reprodução/TV Asa Branca)

O gerente operacional do Interior I, Erick Lessa, informou que os vereadores Neto (PMN), Jadiel Nascimento (PROS) e Val de Cachoeira Seca (DEM) continuam foragidos da Justiça. Segundo Lessa, a polícia foi até os imóveis de cada um, mas eles estão fechados. “Até o momento eles não se apresentaram e nem conseguimos encontrá-los. Os policiais continuam realizando buscas. Esperamos que eles se apresentem”, disse.

O G1 entrou em contato com o advogado de defesa dos três parlamentares, Saulo Amazonas, que disse que os edis ainda não se apresentaram porque aguardam por uma decisão do **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**. “Eles estão esperando a decisão do Tribunal com relação ao habeas corpus liberatório e preventivo que solicitamos para que eles não sejam presos. A expectativa é que esse resultado saia hoje. Até lá, eles não devem se apresentar”, informou.

Os três vereadores estão sendo procurados desde a última quarta-feira (29), após mandados de prisão expedidos pela 4ª Vara Criminal do município. [No mesmo dia, durante a Operação Ponto Final II, foram presos os parlamentares Val das Rendeiras \(PROS\) e Evandro Silva \(PMDB\)](#) que continuam na Penitenciária Juiz Plácido de Souza (PJPS).

Segundo a polícia, os cinco parlamentares estão envolvidos em um esquema de corrupção. O gerente de Operações, afirmou nesta quinta-feira (30) [durante uma coletiva de imprensa](#) que o suposto esquema funcionava da seguinte forma: “Evandro Silva (PMDB) propôs a criação de uma CPI, e para isso teria que colher assinaturas para levá-la a plenário. Com isso, ele e os vereadores Val de Cachoeira Seca (DEM), e Neto (PMN) teriam pago uma quantia em dinheiro para dois vereadores da situação, Val das Rendeiras e Jadiel Nascimento - ambos do PROS. A intenção era que eles assinassem o documento. Instaurada a CPI, eles iriam negociar com o Poder Executivo, para que o caso fosse arquivado mediante pagamento”. Como foram colhidas apenas oito assinaturas, seis de parlamentares da oposição, e dois da situação, o caso foi arquivado. Os valores não foram informados pela polícia para não atrapalhar as investigações, já que o inquérito ainda tem 10 dias para ser concluído.

Os dois vereadores que estão detidos, os três que são considerados foragidos e ainda outros cinco parlamentares [foram presos pela primeira vez no dia 18 de dezembro de 2013 na Operação Ponto Final](#), porque estariam exigindo propina à prefeitura, para aprovar projetos.

Operação Ponto Final

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (DEM), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (PPS) foram presos no dia 18 de dezembro durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.☒☒

No dia 24 de dezembro, [seis dos dez vereadores foram soltos](#). O primeiro a deixar a unidade foi Louro do Juá (DEM). Em seguida, Jajá (PPS). Logo após, foi a vez de Val das Rendeiras (PROS) e Neto (PMN). Depois, Sivaldo Oliveira (PP) foi liberado e, por último, Evandro Silva (PMDB).

No dia 25 de dezembro, [deixaram a penitenciária Cecílio Pedro \(PTB\) e Val \(DEM\), após pagarem fiança de R\\$ 50 mil cada, por porte ilegal de armas](#). Os pedidos de habeas corpus de Eduardo Cantarelli (SDD) e Jadiel Nascimento (PROS) foram aceitos no dia 26 pelo [Tribunal de Justiça do Pernambuco \(TJPE\)](#).

[Uma coletiva de imprensa foi realizada no dia 27 de dezembro](#) para apresentar dados da conclusão do inquérito. Nela, foi informado que os vereadores são suspeitos de prática de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública; e de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

De acordo com o gestor operacional do Interior I e presidente da investigação, Erick Lessa, três vereadores foram considerados os mentores do suposto esquema. "Os cabeças eram Cecílio Pedro (PTB) e Sivaldo Oliveira (PP) da situação, e Val das Rendeiras (PROS) da oposição. A mediação entre as partes era feita pelo vereador Eduardo Cantarelli (SDD) que era o mais ousado do esquema" afirma Lessa. Questionado o porque de 'ousado', o delegado afirma que ele era bem incisivo nas negociações.

Ainda de acordo com o delegado Erick Lessa, um dos vereadores que tentou ajudar a polícia durante as ouvidas foi Jadiel Nascimento (PROS). Ele apelou pela delação premiada, porém, o Ministério Público entendeu que o depoimento dele não teria contribuído para esclarecer como o esquema de fato era feito.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: 4ª Vara de Execuções Penais tem número reduzido de funcionários | |
| Veículo: G1PE Petrolina e Região | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



PERNAMBUCO

PETROLINA E REGIÃO



TV GRANDE RIO

4ª Vara de Execuções Penais tem número reduzido de funcionários

Atualmente 7 servidores trabalham na unidade judiciária em Petrolina, PE. Mais de 3 mil processos estão em andamento.



Varas de Execuções Penais começou a funcionar em 03 de janeiro (Foto: Emerson Rocha/GloboEsporte.com)

Funcionando desde o dia 3 de janeiro de 2014, a 4ª Vara Regional de Execuções Penais de [Petrolina](#) tem atualmente sete funcionários trabalhando. Alguns deles ainda em treinamento. Esta situação retarda o que deveria dar maior celeridade aos processo de Petrolina, no Sertão pernambucano.

Cerca de 3.200 processos estão em execução e 50 pedidos precisam ser apreciados. De acordo com o juiz Cícero Everaldo Ferreira, o ideal para que a unidade judiciária atenda

com agilidade, é que pelo menos 10 funcionários estejam trabalhando. “Este número é o mínimo que deveríamos ter, poderíamos estar melhor”, disse.

A instalação de uma Vara de Execuções Penais em Petrolina era uma necessidade antiga, principalmente para a celeridade dos casos e o acompanhamento dos processos da região. Os advogados, por exemplo, não precisam mais ter que ir até Recife”, ressaltou o juiz responsável pela 4ª Vara. A unidade em Petrolina atende também Salgueiro e Arcoverde, no Sertão de Pernambuco. Mas o juiz resalta que o atendimento a Arcoverde poderia ficar à cargo de Recife já que o município fica bem mais próximo da capital, distante 244Km, do que de Petrolina, a 450 Km de distância.

O responsável pela 4ª Vara Regional de Execuções Penais afirma que existe a possibilidade de que o número de funcionários aumente. “Já recebi a sinalização de que outros servidores serão nomeados para assumir o cargo em Petrolina, faltam os procedimentos burocráticos e isso deve acontecer nos próximos dias”, destacou o Cícero Everaldo Ferreira.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Posse da nova mesa diretora / novos desembargadores | |
| Veículo: folhape.com.br | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



A vez de Frederico

O desembargador Frederico Neves toma posse, quinta, como presidente do TJPE para o biênio 2014/2016, em sessão solene, às 17h, no Palácio da Justiça, comandada por Jovaldo Nunes, que deixa o cargo sob muitos elogios. Leopoldo Raposo assume o cargo de 1º vice-presidente, Fernando Ferreira como 2º vice e Eduardo Paurá, corregedor-Geral. Mais cedo, às 10h, haverá Missa em Ação de Graças na Igreja da Ordem 3ª de São Francisco.

Posse tripla

Antes de deixar o cargo, Jovaldo Nunes dá posse aos desembargadores Odilon de Oliveira Neto, Itamar Pereira e Rafael Machado, às 17h de terça-feira, na Sala de Sessões Des. Antonio de Brito Alves. Os cumprimentos e o coquetel acontecem nos salões Nobre e dos Passos Perdidos, respectivamente.

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: jconline.com.br | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |

jornal do commercio

Em Caruaru, vereadores tentam voltar

Advogados entrarão com ação para derrubar decisão da Vara da Fazenda Pública, que suspendeu os mandatos do vereadores presos na Operação Ponto Final por 180 dias

Apesar de já terem obtido uma liminar na Justiça determinando o retorno das atividades, os vereadores envolvidos na Operação Ponto Final, em Caruaru, vão tentar mais uma vez derrubar o afastamento de 180 dias determinado pela Vara da Fazenda Pública do município. Um dos advogados do grupo, Marcelo Cumaru, contou que vai protocolar no Fórum da cidade um pedido de apelação para que a medida seja revisada.

Os advogados já obtiveram na Justiça o deferimento de um pedido de liminar referente à medida cautelar da 4ª Vara Criminal de Caruaru, que determinou o afastamento imediato dos vereadores logo após o caso vir à tona, em 18 de dezembro. Em seguida, a Vara da Fazenda pediu o afastamento de 180 dias. Os advogados dos vereadores recorreram das duas decisões, que estavam sendo analisadas por desembargadores diferentes do Tribunal de Justiça.

Um mês após a prisão do grupo, o desembargador Fausto Campos, responsável por analisar o pedido de afastamento temporário determinou o retorno dos vereadores à Câmara Municipal. No entanto, o juiz da Vara da Fazenda Pública, José Fernando Santos Souza, informou que sua decisão sobre o afastamento de 180 dias estava mantida. Por conta disso, o retorno dos parlamentares ainda não foi possível.

“Vamos entrar com a apelação na Vara da Fazenda para que eles retornem às atividades. Os envolvidos no caso do mensalão foram afastados agora, depois de oito anos, depois que foram julgados na última instância. Esse afastamento é uma desnecessidade”, afirmou Marcelo Cumaru. O advogado também questionou o pedido de prisão decretado, na última quinta-feira, contra cinco, dos dez vereadores acusados.

Na semana passada, a Polícia Civil prendeu dois – Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PMN) –, dos cinco vereadores. Até o início da noite de ontem, os outros três – Neto (PMN), Val (DEM) e Pastor Jadiel (PROS) – ainda estavam foragidos, segundo informou o delegado responsável pela operação, Erick Lessa. O Disque Denúncia está

oferecendo uma recompensa de R\$ 2 mil para quem tiver informações dos vereadores. A defesa já entrou com pedido habeas corpus e espera que a solicitação seja analisada hoje ou amanhã.

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: jconline.com.br | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |

jornal do commercio

Sílvio Filho vai a julgamento

Acusado no escândalo de uso de notas frias para justificar gastos na Câmara, o hoje deputado será julgado pela Corte Especial do TJPE



JC Imagem

Seis anos depois de vir à tona o escândalo de uso de notas frias para justificar gastos de gabinete na Câmara do Recife, o deputado estadual e ex-vereador Sílvio Costa Filho (PTB) será julgado, nesta segunda-feira, pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O relator do caso é o desembargador Alexandre Assunção.

A denúncia, apresentada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE), foi recebida pela Corte em novembro de 2011. De acordo com levantamento feito pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) na época, o deputado teria lesado o erário em R\$ 51,4 mil – entre 2006 e 2007 –, valor já restituído aos cofres públicos.

Além do petebista, outros 25 vereadores e ex-vereadores foram citados no escândalo. Ao total, os recursos públicos gastos irregularmente, segundo o TCE, chegariam a R\$ 1 milhão. Sílvio Costa Filho responderá por falsificação de documentos e peculato. Caso seja condenado, pode pegar de dois a seis anos de reclusão pelo primeiro crime e de 2 a 12 pelo segundo, além de pagamento de multa.

Desde outubro do ano passado, o deputado integra o campo de oposição na Assembleia Legislativa (Alepe) e é um dos articuladores da campanha a governador do senador Armando Monteiro Neto (PTB). Procurado pela reportagem, o parlamentar preferiu não se manifestar sobre o assunto.

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Assunto: Vereadores de Caruaru | |
| Veículo: NE 10 | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Recompensa de R\$ 2 mil para quem souber do paradeiro de vereadores foragidos

O Disque-Denúncia Pernambuco divulgou, nesta sexta-feira (31), a oferta de recompensa no valor de até R\$ 2 mil para quem tiver informações sobre a localização dos vereadores Neto (PMN), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Jadiel Nascimento (PROS). Os três parlamentares estão entre os cinco vereadores alvos da [Operação Ponto Final 2](#) e são considerados foragidos da Justiça.

Quem souber de alguma informação que auxilie na localização dos parlamentares pode telefonar para o (81) 3421-9595, na Região Metropolitana do Recife (RMR) e Zona da Mata Norte, ou (81) 3719-4545, no interior do Estado. Também é possível repassar informações através do site da central www.disquedenunciape.com.br, que permite o envio de fotos e vídeos. O serviço funciona durante 24h, todos os dias da semana. O anonimato é garantido.

Segundo a defesa dos três procurados, um habeas corpus preventivo foi solicitado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), isso porque eles só vão se apresentar caso consigam o documento. Já a defesa dos parlamentares Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PROS), [presos na tarde da última quarta-feira \(29\)](#), solicitaram habeas corpus pedindo a soltura deles. A decisão favorável ou não do Tribunal sobre os pedidos pode sair a qualquer momento. Cinco mandados de prisão foram expedidos esta semana pela 4ª Vara Criminal da cidade contra os parlamentares.

O CASO - De acordo com a polícia, os vereadores são investigados por suspeita de corrupção ativa, passiva e organização criminosa. Segundo o delegado que investiga o caso, Erick Lessa, Evandro Silva, Neto e Val teriam pagado aos vereadores Val das Rendeiras e Jadiel Nascimento para que eles assinassem o requerimento para [abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito \(CPI\)](#) que iria investigar possíveis irregularidades apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Deputado promete audiência pública para debater concurso em Ibimirim | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 01/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Deputado promete audiência pública para debater concurso em Ibimirim

Em visita a Ibimirim, no sertão do Estado, o deputado estadual Rodrigo Novaes (PSD) prometeu realizar uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe) para discutir a situação dos aprovados no concurso do município e que não chegaram a ser nomeados pelo prefeito Adauto (PP).

Um acórdão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) teria determinado a convocação imediata dos concursados, o que não teria sido cumprido. O descumprimento pode acarretar, inclusive, a intervenção no município.

O deputado, que se reuniu com vereadores da cidade e alguns dos concursados nessa sexta-feira (31), afirmou que vai realizar a audiência na Comissão de Administração da Alepe, que deve ir até o município.

Representantes do TJPE, do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), da Câmara de Ibimirim, dos concursados e da Prefeitura da cidade devem participar do encontro.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Em Caruaru, recompensa de R\$ 2 mil para quem souber do paradeiro de vereadores foragidos | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 31/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Em Caruaru, recompensa de R\$ 2 mil para quem souber do paradeiro de vereadores foragidos

O Disque-Denúncia Pernambuco divulgou, nesta sexta-feira (31), a oferta de recompensa no valor de até R\$ 2 mil para quem tiver informações sobre a localização dos vereadores Neto (PMN), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Jadiel Nascimento (PROS). Os três parlamentares estão entre os cinco vereadores alvos da Operação Ponto Final 2 e são considerados foragidos da Justiça.

Quem souber de alguma informação que auxilie na localização dos parlamentares pode telefonar para o (81) 3421-9595, na Região Metropolitana do Recife (RMR) e Zona da Mata Norte, ou (81) 3719-4545, no interior do Estado. Também é possível repassar informações através do site da central www.disquedenunciape.com.br, que permite o envio de fotos e vídeos. O serviço funciona durante 24h, todos os dias da semana. O anonimato é garantido.

Segundo a defesa dos três procurados, um habeas corpus preventivo foi solicitado ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), isso porque eles só vão se apresentar caso consigam o documento. Já a defesa dos parlamentares Evandro Silva (PMDB) e Val das Rendeiras (PROS), presos na tarde da última quarta-feira (29), solicitaram habeas corpus pedindo a soltura deles. A decisão favorável ou não do Tribunal sobre os pedidos pode sair a qualquer momento. Cinco mandados de prisão foram expedidos esta semana pela 4ª Vara Criminal da cidade contra os parlamentares.

O CASO – De acordo com a polícia, os vereadores são investigados por suspeita de corrupção ativa, passiva e organização criminosa. Segundo o delegado que investiga o caso, Erick Lessa, Evandro Silva, Neto e Val teriam pagado aos vereadores Val das Rendeiras e Jadiel Nascimento para que eles assinassem o requerimento para abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que iria investigar possíveis irregularidades apontadas em relatório da Controladoria-Geral da União (CGU).

O delegado disse ainda que os vereadores pretendiam, posteriormente, barganhar junto ao Executivo o arquivamento da CPI. Segundo a polícia, Jadiel Nascimento teria recebido R\$ 30 mil, sendo R\$ 15 mil pagos por Val e R\$ 15 mil por Neto.

PONTO FINAL 1 – Todos os cinco vereadores já haviam sido presos e liberados durante investigações da primeira Operação Ponto Final, deflagrada no início da manhã do dia 18 de dezembro do ano passado. Ao todo, eles e outros cinco parlamentares da Capital do Agreste foram presos por suspeita de concussão, corrupção passiva e organização criminosa. Os parlamentares estariam exigindo ao prefeito José Queiroz (PDT) o valor de R\$ 2 milhões, para aprovação do projeto do BRT (Bus Rapid Transit), orçado em R\$ 250 milhões.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Sílvia Costa Filho será julgado pelo TJPE nesta segunda pelo caso das notas frias | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 31/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Sílvia Costa Filho será julgado pelo TJPE nesta segunda pelo caso das notas frias



Deve ser uma coincidência com o fato de ter saído da base do governo.

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai julgar, na próxima segunda-feira (3), o processo contra o deputado estadual Sílvia Serafim Costa Filho, acusado de, durante o seu mandato de vereador do Recife, incorrer nas penas do artigos 304 e 312 do Código Penal. Trata-se de fazer uso de qualquer dos papéis falsificados ou alterados, apropriando-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

A sessão acontece, a partir das 14h, no Palácio da Justiça, no Bairro de Santo Antônio.

O relator do caso é o desembargador Alexandre Assunção.

De acordo com a Procuradoria de Justiça, o denunciado, durante os exercícios financeiros de 2006 e 2007, na qualidade de vereador, fez uso de documentos falsificados com o fito de simular despesas e, assim, desviou dinheiro público – precisamente – Verba de Gabinete – em proveito próprio.

Processada regularmente, a denúncia foi recebida pela Corte Especial em sessão no dia 28 de novembro de 2011, quando a Ação Penal foi instaurada.

A Corte Especial é formada por 15 desembargadores, sendo oito escolhidos dentre os desembargadores de maior antiguidade e sete eleitos pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A indicação é sempre do governador.

O órgão é competente para julgar e processar ações contra deputados estaduais, entre outras autoridades.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Em Caruaru, assessoria de José Queiroz disse a Justiça que aumento de vereadores seria incabível e inconsequente | |
| Veículo: Blog de Jamildo | Data: 31/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Em Caruaru, assessoria de José Queiroz disse a Justiça que aumento de vereadores seria incabível e inconsequente

Nesta quinta-feira, o Blog de Jamildo revelou, em primeira mão, que a Justiça de Caruaru negou aumento para vereadores de Caruaru, em meio aos escândalos com a polícia.

No texto, o blog comentava que a ação causou estranheza nos meios jurídicos de Caruaru, pois, além do inusitado de vereadores irem ao Judiciário pedir aumento, a própria Procuradoria do Município, subordinada ao prefeito José Queiroz (PDT), não estaria fazendo força para barrar o aumento, apesar das procuradorias estaduais e municipais terem por obrigação ser contra aumentos de despesas.

No entanto, em boa hora, a Prefeitura de Caruaru informa que o juiz José Fernando Santos de Souza solicitou à Procuradoria do município que se pronunciasse sobre o assunto e a Procuradoria do município emitiu parecer contrário, como está no processo 518-69.2014.8.17.0480.

No trecho conclusivo do parecer a procuradoria diz que “concordar com tal pedido seria, no mínimo, incabível e inconsequente.”

O juiz José Fernando Santos de Souza, de Caruaru, indeferiu o pedido de antecipação de tutela dos vereadores de Caruaru para obterem aumento salarial.

Dentre os vereadores que ajuizaram o processo estão alguns que tiveram a prisão decretada nas Operações Ponto Final I e II, deflagradas pela Polícia Civil do Estado, combatendo suposta cobrança de propina dos parlamentares para aprovar projetos do Executivo.

O juiz de direito indeferiu o pedido afirmando, basicamente, que existe uma vasta jurisprudência do STF e STJ vedando aumento de servidores através de liminares e antecipação de tutela (decisões antes da sentença final do processo).

De acordo com informações de bastidores, com este pedido ao Judiciário, os vereadores estariam tentando dar um “drible” no Tribunal de Contas (TCE), que, em várias consultas, já orientou todas as Câmaras Municipais da impossibilidade de conceder aumento no curso da própria legislatura, como os vereadores queriam fazer.

Segundo o que o TCE chama de “princípio da anterioridade”, os vereadores só podem conceder aumento que vá valer no próximo mandato, ou seja, uma legislatura vota o aumento da seguinte. Esta limitação foi colocada na Constituição Federal pela Emenda 25, do ano 2000 – como aliás colocou o consultor Maurício Costa Romão, em recente artigo para o Blog de Jamildo.

Como a atual lei de subsídios dos vereadores de Caruaru é de janeiro de 2013, editada na legislatura atual, os vereadores estão impedidos de conceder o aumento a si mesmos. Daí a tentativa de obter a majoração pela via do Judiciário.

O valor atual é de nove mil reais, sendo que os vereadores pediram na ação judicial que a remuneração fosse para R\$ 12 mil reais.

| | |
|--|------------------|
| Assunto: Silvio Costa será julgado hoje pela Corte do TJPE | |
| Veículo: Blog da Folha | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Silvio Costa será julgado hoje pela Corte do TJPE



O deputado Silvio Costa Filho (PTB) será julgado nesta segunda-feira (3), a partir das 14h, pela Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Ele é acusado de, durante seu mandato de vereador do Recife entre 2006 e 2007, ter feito uso de documentos falsificados no intuito de simular despesas para utilizar a verba de gabinete em benefício próprio, segundo a Procuradoria de Justiça.

Na época 28 vereadores, entre eles os hoje deputados estaduais Daniel Coelho (PSDB), Gustavo Negromonte (PMDB), Franciscimar Pontes (PSB) e Eriberto Medeiros, foram acusados pelo Ministério Público que moveu ação penal contra a utilização da verba para uso pessoal, o que ficou conhecido como o “escândalo das notas frias”.

Após o escândalo vir à tona, Silvinho devolveu cerca de R\$ 35 mil aos cofres públicos sob alegação de que houve um erro na prestação de contas feita ao Tribunal de Contas no Estado (TCE). Procurado pela reportagem, o deputado não quis comentar o caso e disse que só irá se pronunciar após o resultado do julgamento. Se for condenado, o petebista poderá cumprir uma pena que varia de dois até 12 anos de prisão, além de pagar multa.

Em 2012 o escândalo das notas frias ressurgiu no momento em que o candidato a prefeito do Recife, Daniel Coelho, começava a despontar nas pesquisas e na época o fato foi vinculado à motivação política. Hoje, o assunto volta à tona envolvendo um dos principais entusiastas da candidatura do senador Armando Monteiro Neto (PTB). Um dos envolvidos declarou, em reserva, que isso não tem ligação política já que outros vereadores, inclusive governistas, também estão sendo processados. “Não tem ingerência política nessa questão, todos os 28 vereadores foram englobados sem distinção”, afirmou.

| | |
|---|------------------|
| Assunto: Disque-Denúncia oferece R\$ 2 mil por informações dos vereadores foragidos | |
| Veículo: Blog da Folha | Data: 31/01/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Disque-Denúncia oferece R\$ 2 mil por informações dos vereadores foragidos

Visando à brevidade da captura dos três vereadores de Caruaru que estão foragidos da polícia, o Disque-Denúncia Pernambuco está oferecendo recompensa de até R\$ 2 mil para quem tiver informações sobre o paradeiro dos acusados. Neto (PMN), Val de Cachoeira Seca (DEM) e Pastor Jadiel do Nascimento (PRTB) são procurados pela polícia após a deflagração da Operação Ponto Final 2 que investiga a compra e venda de assinaturas para a instalação da CPI do CGU realizada em setembro do ano passado. De acordo com o inquérito policial, os envolvidos buscavam assinaturas para iniciar investigações sobre ações e projetos da prefeitura, objetivando, em seguida, barganhar valores para arquivar o procedimento.

Segundo o coordenador do Disque-Denúncia Agreste, Alexandre César, a recompensa é uma forma de mobilizar a população a ajudar na prisão dos foragidos. “O oferecimento de recompensa objetiva ajudar a polícia a cumprir os mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário. É um estímulo a mais para o repasse de informações que indique o paradeiros dos vereadores. Procuramos auxiliar os poderes constituídos do Estado através da mobilização da sociedade”, explicou.

O uso da imagem dos vereadores para auxiliar as buscas com a distribuição de cartazes ou por qualquer outro meio de comunicação foi autorizada pelo Juiz Pierre Souto Maior, da 4ª Vara Criminal de Caruaru. Quem tiver informações sobre o caso pode telefonar para 3421-9595, na Região Metropolitana do Recife e Zona da Mata Norte, ou (81) 3719-4545 [1], no interior do Estado. Também é possível repassar informações através do site da central (www.disquedenunciape.com.br), que permite o envio de fotos e vídeos. O serviço funciona durante 24h, todos os dias da semana. O anonimato é garantido

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Assunto: Fatos diversos | |
| Veículo: Blog Fernando Machado | Data: 03/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Fatos diversos

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Jovaldo Nunes e o Coordenador Geral dos Juizados Especiais, Juiz Ailton Alfredo de Souza, inauguram hoje, às 9h30, as Novas Instalações do Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Comarca do Cabo de Santo Agostinho.

A Miss Minas Gerais de 1970, Marilúcia Fernandes Malaquias, morreu ontem, em Brasília, em decorrência de um AVC. Ela sofreu o derrame durante um assalto no seu rancho na noite de terça-feira. Marilúcia concorreu ao Miss Minas Gerais pela cidade de Araguari. No Miss Brasil ficou entre as oito finalistas. Ela tinha 63 anos.

| | |
|--------------------------------|------------------|
| Assunto: Na sala da Justiça | |
| Veículo: Blog Fernando Machado | Data: 02/02/2014 |
| Editoria: | Seção: |



Na Sala da Justiça

O Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador Jovaldo Nunes Gomes, estará à frente terça-feira, às 17h, da Sessão Solene de Posse do Desembargador Evandro Magalhães Melo. Os cumprimentos e o coquetel acontecerão, respectivamente, no Salão Nobre e Salão dos Passos Perdidos.

O Clube dos Advogados de Pernambuco, leia-se a presidente Nair Andrade dos Santos, movimentará na próxima quarta-feira, às 12h30, no Spettus do Derby, uma homenagem ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Jovaldo Nunes. O presidente da OAB-PE, Pedro Henrique Reynaldo Alves fará a saudação.

